

# Índice

---

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	5
---------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

## Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

Comentário do Desempenho	10
--------------------------	----

Notas Explicativas	16
--------------------	----

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	55
--	----

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	262.452
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>262.452</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
1	Ativo Total	1.158.139	1.098.985
1.01	Ativo Circulante	155.534	97.661
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	38.781	27.149
1.01.02	Aplicações Financeiras	73.153	29.800
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo	73.153	29.800
1.01.02.01.03	Titulos e Valores Mobiliários	73.153	29.800
1.01.03	Contas a Receber	36.496	36.595
1.01.03.01	Clientes	36.496	36.595
1.01.06	Tributos a Recuperar	939	134
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	939	134
1.01.06.01.01	Impostos a Recuperar	939	134
1.01.07	Despesas Antecipadas	2.601	1.639
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	3.564	2.344
1.01.08.03	Outros	3.564	2.344
1.01.08.03.01	Empresas Relacionadas	0	260
1.01.08.03.02	Outros Créditos	3.564	2.084
1.02	Ativo Não Circulante	1.002.605	1.001.324
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	14.149	15.144
1.02.01.06	Tributos Diferidos	9.171	12.096
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	9.171	12.096
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	7	7
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	7	7
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.971	3.041
1.02.01.09.03	Depósitos Judiciais	4.971	3.041
1.02.03	Imobilizado	30.880	30.350
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	30.880	30.350
1.02.04	Intangível	957.576	955.830
1.02.04.01	Intangíveis	957.576	955.830

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2	Passivo Total	1.158.139	1.098.985
2.01	Passivo Circulante	230.437	197.218
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	4.395	3.545
2.01.01.01	Obrigações Sociais	4.395	3.545
2.01.02	Fornecedores	7.277	14.025
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	7.277	14.025
2.01.03	Obrigações Fiscais	6.803	7.396
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	6.803	7.396
2.01.03.01.02	Impostos, Taxas e Contribuições a Recolher	6.637	7.210
2.01.03.01.03	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	166	186
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	147.058	120.140
2.01.04.02	Debêntures	146.107	119.285
2.01.04.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	951	855
2.01.04.03.01	Arrendamento Mercantil	951	855
2.01.05	Outras Obrigações	38.564	27.427
2.01.05.02	Outros	38.564	27.427
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	4.579	0
2.01.05.02.04	Empresas Relacionadas	9.008	3.983
2.01.05.02.05	Credor pela Concessão	15.275	14.603
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	9.702	8.841
2.01.06	Provisões	26.340	24.685
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	26.340	24.685
2.01.06.01.05	Provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social	9.688	8.570
2.01.06.01.06	Provisão para Manutenção	16.652	12.418
2.01.06.01.07	Provisão para Construção de Obras Futuras	0	3.697
2.02	Passivo Não Circulante	390.458	453.894
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	260.193	323.271
2.02.01.02	Debêntures	259.818	322.211
2.02.01.03	Financiamento por Arrendamento Financeiro	375	1.060
2.02.01.03.01	Arrendamento Mercantil	375	1.060
2.02.02	Outras Obrigações	60.613	63.995
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	5	0
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	5	0
2.02.02.02	Outros	60.608	63.995
2.02.02.02.03	Credor pela Concessão	56.566	59.432
2.02.02.02.04	Programa de Recuperação Fiscal - REFIS	636	753
2.02.02.02.05	Outras Contas a Pagar	3.406	3.810
2.02.03	Tributos Diferidos	3.735	4.487
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	3.735	4.487
2.02.04	Provisões	65.917	62.141
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	65.917	62.141
2.02.04.01.05	Provisão para Manutenção	42.370	43.402
2.02.04.01.06	Provisão para Construção de Obras Futuras	1.887	1.929
2.02.04.01.07	Provisão para perdas Tributárias, Trabalhistas e Cíveis	21.660	16.810
2.03	Patrimônio Líquido	537.244	447.873
2.03.01	Capital Social Realizado	302.547	302.547

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/09/2011</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2010</b>
2.03.01.01	Subscrito	314.052	314.052
2.03.01.02	A Integralizar	-11.505	-11.505
2.03.04	Reservas de Lucros	79.841	145.326
2.03.04.01	Reserva Legal	53.670	53.670
2.03.04.10	Reserva de Dividendos	26.171	91.656
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	154.856	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/07/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2010 à 30/09/2010</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	201.053	556.865	177.932	492.837
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-80.866	-220.354	-61.638	-164.220
3.03	Resultado Bruto	120.187	336.511	116.294	328.617
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-12.944	-35.201	-11.997	-33.479
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-12.944	-35.200	-12.297	-33.767
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	300	288
3.04.04.01	Outras Receitas, Liquidas	0	0	300	288
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	0	-1	0	0
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	107.243	301.310	104.297	295.138
3.06	Resultado Financeiro	-16.540	-50.850	-22.882	-76.585
3.06.01	Receitas Financeiras	2.770	8.889	2.784	5.806
3.06.02	Despesas Financeiras	-19.310	-59.739	-25.666	-82.391
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	90.703	250.460	81.415	218.553
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-28.984	-79.618	-27.658	-71.457
3.08.01	Corrente	-28.754	-77.444	-25.050	-63.413
3.08.02	Diferido	-230	-2.174	-2.608	-8.044
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	61.719	170.842	53.757	147.096
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	61.719	170.842	53.757	147.096
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,23516	0,65095	0,20483	0,56047

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	239.144	218.079
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	389.159	353.058
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	250.460	218.553
6.01.01.02	Depreciação e amortização	46.308	42.259
6.01.01.03	Baixa de ativo imobilizado	474	223
6.01.01.04	Receita financeira de títulos e valores mobiliários	-300	-2.848
6.01.01.05	Encargos financeiros e variação monetária sobre financiamentos, empréstimos e debêntures	43.789	64.859
6.01.01.06	Variação monetária sobre direito de outorga	7.521	9.156
6.01.01.07	Constituição/atualização monetária de provisão para contingências e dep. judiciais	6.653	15.571
6.01.01.09	Atualização monetária de provisão para manutenção	4.528	5.655
6.01.01.11	Constituição da provisão para manutenção e construção de obras	29.726	-370
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-150.015	-134.979
6.01.02.01	Clientes	99	-4.623
6.01.02.02	Tributos a recuperar	-805	-946
6.01.02.03	Despesas antecipadas	-962	-719
6.01.02.04	Outros créditos	-1.480	-60
6.01.02.05	Fornecedores	-6.748	-2.300
6.01.02.06	Impostos, taxas e contribuições a recolher	-573	-619
6.01.02.07	Obrigações sociais	850	339
6.01.02.08	Empresas relacionadas	5.290	-195
6.01.02.10	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	78
6.01.02.11	Pagamento de perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	-1.803	-2.092
6.01.02.12	Juros pagos	-31.155	-29.921
6.01.02.13	Imposto de renda e contribuição social pagos	-76.321	-64.854
6.01.02.14	Provisões para manutenção	-34.793	-26.856
6.01.02.15	Outras contas a pagar	453	-1.596
6.01.02.16	REFIS	-137	3
6.01.02.17	Depositos judiciais	-1.930	-618
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-49.058	-30.324
6.02.01	Aquisição de imobilizado e intangível	-49.058	-30.324
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-178.454	-160.937
6.03.01	Títulos e valores mobiliários	-43.053	-30.046
6.03.02	Captação de empréstimos de terceiros	183	1.269
6.03.03	Pagamento de empréstimos, arrendamento mercantil e debêntures	-48.977	-48.749
6.03.04	Pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio	-76.892	-74.288
6.03.05	Credor pela concessão	-9.715	-9.123
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	11.632	26.818
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	27.149	12.708
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	38.781	39.526

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/09/2011****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	145.326	0	0	447.873
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-65.485	-15.986	0	-81.471
5.04.06	Dividendos	0	0	-65.485	0	0	-65.485
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-15.986	0	-15.986
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	170.842	0	170.842
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	170.842	0	170.842
5.07	Saldos Finais	302.547	0	79.841	154.856	0	537.244



**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2010 à 30/09/2010****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	302.547	0	86.267	-35.613	0	353.201
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	302.547	0	86.267	-35.613	0	353.201
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-41.091	-31.732	0	-72.823
5.04.06	Dividendos	0	0	-41.091	-23.100	0	-64.191
5.04.07	Juros sobre Capital Próprio	0	0	0	-8.632	0	-8.632
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	147.096	0	147.096
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	147.096	0	147.096
5.07	Saldos Finais	302.547	0	45.176	79.751	0	427.474

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2011 à 30/09/2011</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2010 à 30/09/2010</b>
7.01	Receitas	576.447	510.342
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	576.447	510.342
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-188.151	-135.525
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-163.025	-109.664
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-25.126	-25.861
7.03	Valor Adicionado Bruto	388.296	374.817
7.04	Retenções	-46.308	-42.259
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-46.308	-42.259
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	341.988	332.558
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	8.889	5.806
7.06.02	Receitas Financeiras	8.889	5.806
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	350.877	338.364
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	350.877	338.364
7.08.01	Pessoal	21.096	19.916
7.08.01.01	Remuneração Direta	16.668	14.064
7.08.01.02	Benefícios	3.606	5.121
7.08.01.03	F.G.T.S.	822	731
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	99.200	88.964
7.08.02.01	Federais	98.931	71.459
7.08.02.03	Municipais	269	17.505
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	59.739	82.389
7.08.03.01	Juros	31.391	36.314
7.08.03.03	Outras	28.348	46.075
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	170.842	147.095
7.08.04.01	Juros sobre o Capital Próprio	15.986	0
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	154.856	147.095

## Comentário do Desempenho

# Ecovias anuncia resultados do 9M11

## Lucro Líquido aumentou 16,1% no 9M11

**São Bernardo do Campo, 8 de novembro de 2011** – A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. apresenta seus resultados referentes ao terceiro trimestre de 2011 (3T11) e primeiros nove meses de 2011 (9M11) e. As informações financeiras e operacionais abaixo são apresentadas de acordo com as normas e pronunciamentos da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. As comparações, exceto onde indicado o contrário, referem-se ao terceiro trimestre de 2010 (3T10) e primeiros nove meses de 2010.

### DESTAQUES OPERACIONAIS E FINANCEIROS

- A receita líquida no 9M11 foi de R\$ 556.865 mil, crescimento de 13,0% em relação ao 9M10.
- O EBITDA registrou R\$ 347.619 mil no 9M11, crescimento de 3,0% em relação ao 9M10, resultando em uma margem EBITDA de 62,4%.
- O lucro líquido foi de R\$ 170.842 mil no 9M11, aumento de 16,1% com relação ao mesmo período do ano anterior.

Destques (em milhares de R\$)	3T11	3T10	Var.	9M11	9M10	Var.
Tráfego Total – milhares de eixos equivalentes	13.952	13.525	3,2%	41.880	39.141	7,0%
Tarifa Média <sup>1</sup>	12,72	12,10	5,1%	12,02	11,77	2,1%
Receita líquida	201.053	177.932	13,0%	556.865	492.837	13,0%
Lucro bruto	120.187	116.294	3,3%	336.511	328.617	2,4%
Lucro líquido	61.719	53.757	14,8%	170.842	147.096	16,1%
EBITDA <sup>2</sup>	123.021	118.237	11,4%	347.619	337.107	3,0%
Margem EBITDA	61,2%	66,6%	-3,4 p.p	62,4%	68,5%	-6,1p.p
Capex	19.913	15.434	29,0%	49.058	30.324	61,8%
Dívida Líquida	-	-	-	295.317	401.398	-26,4%

<sup>1</sup> em Reais

<sup>2</sup> EBITDA = EBIT + Depreciação & amortização

## Comentário do Desempenho

---

### PERFIL DA COMPANHIA

A concessionária Ecovias dos Imigrantes opera o Sistema Anchieta-Imigrantes, que liga a região metropolitana de São Paulo com o porto da cidade de Santos, o maior da América Latina, o Polo Petroquímico de Cubatão, as indústrias do ABCD Paulista e a Baixada Santista. A concessão administra 176,8 km, com movimento anual superior a 33 milhões de veículos pedagiados, em contrato firmado em 1998, com o Estado de São Paulo. A ligação da maior cidade do país com a região turística da Baixada Santista constitui-se também no mais importante corredor de importação/exportação da América Latina, de importância vital para a economia brasileira.

O Sistema Anchieta-Imigrantes é formado pelas rodovias Anchieta (SP-150), Imigrantes (SP-160), Padre Manoel da Nóbrega (SP-055, antiga Pedro Taques), Cônego Domênico Rangoni (SP-248/055, antiga Piaçaguera-Guarujá) e duas interligações entre a Anchieta e a Imigrantes, no Planalto Paulista (SP-041) e na Baixada Santista (SP059).

A Ecovias dos Imigrantes faz parte do Grupo EcoRodovias, que administra 1.459,3 quilômetros de rodovias, por onde circulam mais de 70 milhões de veículos por ano através de suas concessionárias Ecovias dos Imigrantes (SP), Ecopistas (SP), Ecovia Caminho do Mar (PR), Ecocataratas (PR) e Ecosul Rodovias do Sul (RS), que estão nos principais corredores de importação e exportação brasileiros e importantes pólos de turismo.

Modelo no setor de concessão rodoviária no Brasil, a Ecovias dos Imigrantes foi a primeira concessionária de rodovias do mundo a obter o Certificado de Gestão Ambiental ISO 14001, sendo o Grupo EcoRodovias a única holding do setor a ter quatro de suas cinco concessões rodoviárias certificadas em gestão ambiental.

### ANÁLISE DO RESULTADO

#### Tráfego

O volume de tráfego, medido pelo conceito de veículos equivalentes pagantes, teve crescimento de 7,0% em relação ao 9M10 e de 3,2% em relação ao 3T10.

O tráfego de veículos de passeio registrou um crescimento de 10,3% no 9M11 quando comparado 9M10, principalmente, ao aumento do turismo aliado às boas condições climáticas da região e aos feriados do período. Já o tráfego de veículos comercial apresentou um crescimento de 3,2% no 9M11..

---

## Comentário do Desempenho

<b>Volume de Tráfego</b> (Veículos equivalentes a pagantes x mil)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Passeio	7.309	7.056	3,6%	23.218	21.051	10,3%
Comercial	6.643	6.470	2,7%	18.662	18.090	3,2%
<b>Total</b>	<b>13.952</b>	<b>13.526</b>	<b>3,2%</b>	<b>41.880</b>	<b>39.141</b>	<b>7,0%</b>

Nota:

Veículo equivalente é uma unidade básica de referência em estatísticas de cobrança de pedágio no mercado brasileiro. Veículos leves, tais como carros de passeio, correspondem a uma unidade de veículo equivalente. Veículos pesados, como caminhões, e ônibus são convertidos em veículos equivalentes por um multiplicador aplicado sobre o número de eixos do veículo, conforme estabelecido nos termos de cada contrato de concessão.

## Receita Bruta

A receita bruta com arrecadação de pedágios totalizou R\$ 576.447 mil no 9M11, um crescimento de 13,0% em comparação aos 9M10.

As receitas acessórias e de prestação de serviços somaram R\$ 25.851 mil, uma crescimento de 9,2% sobre o mesmo período do ano anterior.

<b>Receita Bruta</b> (em milhares de R\$ )	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Receitas de Pedágio	177.426	163.685	8,4%	503.263	460.702	9,2%
Receitas Acessórias	9.085	8.183	11,0%	25.851	23.670	9,2%
Receita de Construção ICPC-01	21.829	12.836	70,1%	47.333	25.970	82,2%
<b>Total</b>	<b>208.340</b>	<b>184.704</b>	<b>12,8%</b>	<b>576.447</b>	<b>510.342</b>	<b>13,0%</b>

## Custos Operacionais e Despesas Administrativas

O custo dos serviços prestados e despesas administrativas nos 9M11 apresentaram um acréscimo de 29,1% sobre o mesmo período do ano anterior, somando R\$ 255.554 mil.

As principais variações ocorridas foram:

- A provisão para manutenção, decorrente da aplicação do ICPC-01, foi superior 117,5% no 3T11 e 137,4% nos 9M11 respectivamente;
- Os custos com construção, decorrente da aplicação do ICPC-01, totalizaram R\$ 21,8 milhões no 3T11 e R\$ 47,3 milhões nos 9M11, aumento de 82,3% em relação aos 9M10. Os valores contabilizados como Custo de Construção de Obras correspondem aos mesmo valores contabilizados como Receita de Construção.

## Comentário do Desempenho

A tabela abaixo apresenta, em maiores detalhes, os custos operacionais e despesas administrativas da Ecovias:

<b>Custos Operacionais e Despesas Administrativas</b> ( em milhares de R\$)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Pessoal	7.217	5.352	34,9%	21.096	19.196	9,9%
Conservação e manutenção	4.791	5.306	-9,7%	13.231	14.255	-7,2%
Serviços de terceiros	18.180	16.493	10,2%	54.703	48.366	13,1%
Poder Concedente e Seguros	10.796	9.857	9,5%	29.726	21.560	37,9%
Depreciação e amortização	15.774	14.242	10,4%	46.304	42.259	9,6%
Provisão manutenção ICPC 01	9.803	4.507	117,5%	29.726	12.521	137,4%
Provisão para construção de obras ICPC 01	21.829	12.836	70,1%	47.333	25.970	82,3%
Locações e Outros	5.420	5.342	1,5%	13.435	13.861	-3,1%
<b>TOTAL</b>	<b>93.810</b>	<b>73.935</b>	<b>26,9%</b>	<b>255.554</b>	<b>197.988</b>	<b>29,1%</b>

## EBITDA

O EBITDA (EBIT+Depreciação & Amortização) no 9M11 atingiu R\$347.619 mil com margem de 62,4% a redução da margem foi ocasionada principalmente pelo aumento da Receita de Construção.

<b>EBTIDA</b> (milhares de R\$)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Lucro/Prejuízo	61.718	53.757	14,8%	170.842	147.095	16,1%
Imposto de renda e contrib.social	28.984	27.661	4,8%	79.618	71.458	11,4%
Resultado Financeiro	16.540	22.882	-27,7%	50.850	76.583	-33,6%
Depreciação e Amortização	15.774	14.242	10,8%	46.304	42.261	9,6%
Outros efeitos financeiros	-	-	-	-	-	-
<b>EBTIDA</b>	<b>123.021</b>	<b>118.237</b>	<b>11,3%</b>	<b>347.619</b>	<b>337.107</b>	<b>3,0%</b>
<b>Margem EBITDA</b>	<b>61,2%</b>	<b>66,5%</b>	<b>3,4 p.p</b>	<b>62,4%</b>	<b>68,5%</b>	<b>-6,1 p.p</b>

## Resultado Financeiro

O resultado financeiro líquido no 9M11 foi negativo em R\$ 50.850 mil, em comparação ao resultado negativo de R\$ 76.585 mil no 9M10, representando uma queda de 33,6%.

A tabela a seguir apresenta o resultado financeiro em maiores detalhes:

## Comentário do Desempenho

<b>Resultado Financeiro</b> (em milhares de R\$)	<b>3T11</b>	<b>3T10</b>	<b>Var.</b>	<b>9M11</b>	<b>9M10</b>	<b>Var.</b>
Varição Monetária, líquida	(4.600)	(9.738)	-52,8%	(19.037)	(36.481)	-47,8%
Juros sobre arrendamento mercantil e debêntures	(10.239)	(12.452)	-17,8%	(31.391)	(36.314)	-13,6%
Outros efeitos financeiros	(2.451)	(1.524)	60,8%	(2.360)	(3.758)	-37,2%
Ajustes a valor presente ICPC-01	(1.572)	(1.885)	16,6%	(4.528)	(5.655)	-19,9%
Receitas de aplicações financeiras	2.322	2.717	-14,5%	6.466	5.623	15,0%
<b>TOTAL</b>	<b>(16.540)</b>	<b>(22.882)</b>	<b>-27,7%</b>	<b>(50.850)</b>	<b>(76.585)</b>	<b>-33,6%</b>

## Lucro Líquido

O lucro líquido do 9M11 totalizou R\$ 170.842 mil que representa um acréscimo de 16,1% em relação aos R\$ 147.096 mil apresentados no mesmo período do ano anterior.

A margem líquida alcançou 30,7%, um aumento de 0,9 pontos percentuais comparando com o 9M10.

## ENDIVIDAMENTO

Em 30 de setembro de 2011, a dívida total da Ecovias dos Imigrantes somava R\$ 407.251 mil, uma queda de 19,2% sobre os R\$ 503.888 mil apresentados em 30 de setembro de 2010, sendo que em relação à dívida líquida, registrou-se uma queda de 26,4% quando comparado com 30 de setembro de 2010. A redução da dívida total é decorrente da amortização de parcelas e juros das dívidas.

<b>Endividamento</b> (em milhares de R\$)	<b>30/09/2011</b>	<b>30/09/2010</b>	<b>Var.</b>	<b>Taxas Atuais</b>	<b>Vencimento</b>
Debêntures (*)	405.925	501.787	-19,1%	IGP-M + 9,50% / 104,00% CDI	novembro-14 de setembro – 2012 a junho - 2013
Arrendamento Mercantil	1.326	811	63,5%	de 1,20% a 1,45% a.m.	
<b>Dívida Total</b>	<b>407.251</b>	<b>502.598</b>	<b>-19,0%</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	38.781	39.526	-1,9%		
Aplicação financeira vinculada (**)	73.153	62.964	16,2%		
<b>Dívida Líquida</b>	<b>295.317</b>	<b>400.108</b>	<b>-26,2%</b>		

## Comentário do Desempenho

---

### CAPEX

Os investimentos realizados pela Ecovias dos Imigrantes no 9M11 totalizaram R\$ 49.058 mil, 61,8% superior aos realizados no mesmo período do ano anterior que totalizaram R\$ 30.324 mil.

### RELACIONAMENTO COM OS AUDITORES INDEPENDENTES

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes foi contratada pela Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. para a prestação de serviços de auditoria externa relacionados aos exames das demonstrações financeiras da Companhia.

*As informações no comentário de desempenho no trimestre sobre o Volume de Tráfego, Tarifa Média, Margem EBITDA, Capex e aspectos quantitativos sobre o EBIT e EBITDA não foram objeto de revisão pelos auditores independentes.*

#### *Disclaimer*

*Estas informações e declarações contêm considerações futuras referentes às perspectivas de negócios, que estão sujeitas a riscos e incertezas. Tais considerações refletem as crenças e perspectivas de nossa Administração e a informações que a Companhia possui acesso. As declarações sobre o futuro não são garantias de desempenho e as condições dependem, sobretudo, das condições econômicas, de mercado, políticas governamentais e fatores operacionais. Portanto, os resultados futuros das empresas do grupo poderão diferir significativamente das atuais expectativas.*

\*\*\*\*\*



**Notas Explicativas**  
**CONCESSIONARIA ECOVIAS DOS IMIGRANTES S.A.****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
REFERENTES AO PERÍODO FINDO EM 30 DE SETEMBRO DE 2011**

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando indicado de outra forma)

---

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. (“Ecovias” ou “Companhia”) iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objetivo social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 26 de agosto de 2009, a controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A., mediante processo de aumento de capital na EcoRodovias Concessões e Serviços S.A., transferiu o seu investimento da Companhia para a sua controlada direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A.

**2. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS****2.1. Declaração de conformidade e base de preparação**

As informações contábeis intermediárias da Sociedade, contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao período findo em 30 de setembro de 2011, compreendem:

- a) As informações contábeis intermediárias elaboradas de acordo com o CPC 21 – Demonstração Intermediária e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR.

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

## Notas Explicativas

### 2.1. Base de elaboração

As informações trimestrais foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se informado de outra forma, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

### 2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas informações trimestrais da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (“moeda funcional”). As informações trimestrais são apresentadas em reais, a moeda funcional da Companhia.

### 2.3. Instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos podem ser classificados nas seguintes categorias específicas: ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros “disponíveis para venda” e “empréstimos e recebíveis”. A classificação depende da natureza e finalidade dos instrumentos financeiros ativos e é determinada na data do reconhecimento inicial.

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 a Companhia possuía instrumentos financeiros ativos classificados na categoria de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado.

#### a) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e que não são cotados em um mercado ativo. Os ativos financeiros classificados pela Companhia na categoria de empréstimos e recebíveis compreendem, substancialmente, os ativos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e outras e depósitos judiciais. Esses ativos são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, deduzidos de qualquer perda por redução do valor recuperável. A receita de juros é reconhecida através da aplicação da taxa de juros efetiva, exceto para créditos de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros seria imaterial.

Para a classificação como caixa e equivalentes de caixa a Companhia considera e avalia os instrumentos cujos saldos não diferem significativamente dos valores de mercado, com até 90 dias da data da aplicação ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, os quais são registrados pelos valores de custo acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

## Notas Explicativas

### b) Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários

Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

São ativos financeiros mantidos para negociação, quando são adquiridos para esse fim, principalmente no curto prazo. Os instrumentos financeiros derivativos também são classificados nessa categoria. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante.

Aplicações financeiras mantidos para negociação

Compreendem investimentos em determinados ativos financeiros classificados no momento inicial da contratação, para serem mantidos até a data de vencimento, os quais são mensurados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos de acordo com os prazos e as condições contratuais.

### c) Deterioração de instrumentos financeiros ativos

Os instrumentos financeiros ativos são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual deterioração de ativos (“impairment”). São considerados deteriorados quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que tenham impactado o fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

## 2.4. Imobilizado

Os terrenos não são depreciados. As edificações, os móveis e utensílios e os equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados na data do balanço e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada da mesma forma que os ativos próprios ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

## Notas Explicativas

### 2.5. Ativos intangíveis

A Companhia reconhece um ativo intangível resultante de um contrato de concessão de serviços quando ele tem um direito de cobrar pelo uso da infraestrutura da concessão. Um ativo intangível recebido como remuneração pela prestação de serviços de construção ou melhorias em um contrato de concessão de serviços é mensurado pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado pelo custo, o qual inclui os custos de empréstimo capitalizados, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida no resultado através de projeção de curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os sistemas de software são registrados ao custo de aquisição, sendo a amortização registrada pelo prazo de até cinco anos de forma linear.

### 2.6. Provisão para recuperação de ativos de longa vida com prazos determinados

A Administração revisa o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado e intangíveis de vida útil definida (substancialmente representados pelos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão) a serem mantidos e utilizados nas operações da Companhia, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

São realizadas análises para identificar as circunstâncias que possam exigir a avaliação da recuperação dos ativos de vida longa e medir a taxa potencial de deterioração. Os ativos são agrupados e avaliados segundo a possível deterioração, com base nos fluxos futuros de caixa projetados descontados do negócio durante a vida remanescente estimada dos ativos, conforme o surgimento de novos acontecimentos ou novas circunstâncias. Nesse caso, uma perda seria reconhecida com base no montante pelo qual o valor contábil excede o valor provável de recuperação de um ativo de vida longa.

O valor provável de recuperação é determinado como sendo o maior valor entre: (a) o valor de venda estimado dos ativos menos os custos estimados para venda; e (b) o valor em uso, determinado pelo valor presente esperado dos fluxos de caixa futuros do ativo ou da unidade geradora de caixa.

## Notas Explicativas

### 2.7. Passivos financeiros

#### Instrumentos financeiros passivos não derivativos:

Os passivos financeiros da Companhia são substancialmente representados por fornecedores, arrendamento mercantil, empréstimos e financiamentos. Estão demonstrados pelos valores de contratação, acrescidos dos encargos pactuados, que incluem juros e atualização monetária ou cambial incorridos. Quando aplicável serão demonstrados pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

São classificados como passivo circulante, a menos que a Companhia tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

### 2.8. Debêntures

Reconhecidas inicialmente quando do recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Posteriormente, são apresentadas pelo custo amortizado, isto é, acrescido de encargos financeiros e juros proporcionais ao período incorrido (“pro rata temporis”), líquidos dos pagamentos efetuados (vide nota explicativa nº 14).

### 2.9. Arrendamento mercantil

Os arrendamentos são classificados como financeiros sempre que os termos do contrato de arrendamento transferir substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do bem para o arrendatário. Todos os outros arrendamentos da Companhia são classificados como operacional.

### 2.10. Tributação

#### Impostos correntes

A provisão para imposto de a renda está baseada no lucro tributável do período. O lucro tributável difere do lucro apresentado na demonstração do resultado porque exclui receitas ou despesas tributáveis ou dedutíveis em outros períodos, além de excluir itens não tributáveis ou não dedutíveis de forma permanente. A provisão para imposto de a renda é calculada individualmente com base nas alíquotas vigentes no fim do período. Em virtude da aplicação do Regime Tributário de Transição - RTT não existem efeitos registrados nos impostos correntes.

#### Impostos diferidos

O imposto de renda diferido (“imposto diferido”) é reconhecido sobre as diferenças temporárias no fim de cada período entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas informações trimestrais e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a empresa apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias

## Notas Explicativas

dedutíveis possam ser utilizadas. Os impostos diferidos ativos ou passivos não são reconhecidos sobre diferenças temporárias resultantes de ágio ou de reconhecimento inicial (exceto para combinação de negócios, se aplicável) de outros ativos e passivos em uma transação que não afete o lucro tributável nem o lucro contábil.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no período no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no fim de cada período, ou quando uma nova legislação tiver sido substancialmente aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera, no fim de cada período de relatório, recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados apenas quando há o direito legal de compensar o ativo fiscal corrente com o passivo fiscal corrente e quando eles estão relacionados aos impostos administrados pela mesma autoridade fiscal e a Companhia pretende liquidar o valor líquido dos seus ativos e passivos fiscais correntes.

### Impostos diretos

As receitas com arrecadação de pedágio e outras estão sujeitas ao Imposto Sobre Serviços - ISS, ao Programa de Integração Social - PIS e à Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins cumulativos. Os tributos PIS e Cofins são apresentados como dedução da receita operacional bruta nas demonstrações do resultado e o ISS é apresentado como dedução dos custos e serviços.

### 2.11. Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou construtiva) resultante de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no fim de cada período, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa.

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

## Notas Explicativas

### Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis

As provisões para ações judiciais são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados, sendo provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e o valor possa ser estimado com segurança. As provisões são quantificadas ao valor presente do desembolso esperado para liquidar a obrigação, usando-se a taxa adequada de desconto de acordo com os riscos relacionados ao passivo.

São atualizadas até as datas dos balanços pelo montante estimado das perdas prováveis, observadas suas naturezas e apoiadas na opinião dos consultores legais da Companhia. Os fundamentos e a natureza das provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas estão descritos na nota explicativa nº 19.

### Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída, tendo como ponto de partida os créditos vencidos há mais de 90 dias, conforme base histórica de perda.

#### 2.12. Demais passivos circulante e não circulante

Demonstrados pelos valores nominais conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias e/ou cambiais incorridos até as datas dos balanços.

#### 2.13. Reconhecimento da receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência, destacando-se:

- a) As receitas de pedágio são reconhecidas quando da passagem dos usuários pela praça de pedágio.
- b) As receitas decorrentes de vendas antecipadas de cupons de pedágio são contabilizadas como “Receitas antecipadas”, no passivo circulante, na rubrica “Outras contas a pagar”, sendo apropriadas como receitas ao resultado do período à medida que os usuários passam pela praça de pedágio.
- c) A receita relacionada aos serviços de construção ou melhoria sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. A receita de operação e serviço são reconhecidas no período no qual os serviços são prestados pela Companhia. Quando a Companhia presta mais de um serviço em um contrato de concessão de serviços, a remuneração recebida é alocada por referência aos valores justos relativos dos serviços entregues.

## Notas Explicativas

### 2.14. Receitas e despesas financeiras

Representam juros e variações monetárias e cambiais decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, conforme demonstrado na nota explicativa nº 24.

### 2.15. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Companhia que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica “Dividendos e juros sobre o capital próprio a pagar” por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Companhia.

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

### 2.16. Demonstração do valor adicionado (“DVA”)

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas informações financeiras individuais e como informação suplementar às informações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória, conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base para preparação das informações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte, apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre esta, outras receitas e efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (resultado da equivalência patrimonial, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre o pessoal, os impostos, as taxas e contribuições, a remuneração de capitais de terceiros e a remuneração de capitais próprios.



## Notas Explicativas

### 2.17. Novas normas, alterações e interpretações de normas

a-) Normas, interpretações e alterações de normas em vigor em 30 de setembro de 2011 e que não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

As interpretações e alterações das normas existentes a seguir foram editadas e estavam em vigor em 30 de setembro de 2011. Entretanto, não tiveram impactos relevantes sobre as demonstrações contábeis da Companhia:

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
Melhorias nas IFRSs - 2010	Alteração de diversos pronunciamentos contábeis	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRS 1 – Adoção inicial das IFRSs	Esclarecimentos diversos sobre a adoção inicial das IFRSs como, por exemplo, isenção limitada de divulgações comparativas da IFRS 7, eliminação de datas fixas para adotantes pela primeira vez das IFRSs	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010
IAS 24 – Divulgação sobre Partes relacionadas	As alterações já são adotadas pelo CPC. Esclarece melhor o conceito de partes relacionadas, inclusive com exemplos sobre casos específicos.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IFRIC 14 – Limite de ativo de benefício definido	Pagamentos antecipados de exigência mínima de financiamento	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2011
IAS 32 – Instrumentos Financeiros: Apresentação	Classificação dos direitos de emissão	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de fevereiro de 2010
IFRIC 19 – Extinção de Passivos financeiros através de instrumentos patrimoniais	Esclarece a mensuração desses instrumentos financeiros através do método de fair value.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2010

b) Normas, interpretações e alterações de normas existentes que ainda não estão em vigor e não foram adotadas antecipadamente pela Companhia.

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos contábeis da Companhia iniciados em 1º de abril de 2011 ou após essa data, ou para períodos subsequentes. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 9 – Instrumentos Financeiros	Introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros. Esclarece outras questões referentes ao IAS 39.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

## Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Divulgação	Aumento nas exigências de divulgações das transações envolvendo ativos financeiros, visando transparência às exposições de risco quando um ativo financeiro é transferido, mas ainda existe algum risco de exposição retido na Companhia. As alterações também exigem a divulgação da transferência de ativos financeiros quando não forem igualmente distribuídos no período.	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de julho de 2011
IAS 12 – Tributos sobre o lucro	Impostos diferidos - recuperação dos ativos subjacentes quando o ativo é mensurado pelo modelo de valor justo de acordo com a IAS 40	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2012
IAS 28 - Investimentos em Coligadas	Revisão do IAS 28 para incluir as alterações introduzidas pelos IFRSs 10, 11 e 12. Esclarece os conceitos de “Influência Significativa”, exemplos para aplicação do método de equivalência patrimonial e como realizar testes por impairment para coligadas e coligadas em conjunto.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 27 – Demonstrações Separadas	Requerimentos do IAS 27 relacionados às demonstrações financeiras consolidadas são substituídos pelo IFRS 10. Requerimentos para demonstrações financeiras separadas são mantidos.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Substituiu o IAS 27 em relação aos requerimentos aplicáveis às demonstrações financeiras consolidadas e a SIC 12. O IFRS 10 determinou um único modelo de consolidação baseado em controle, independentemente da natureza do investimento. Adicionalmente, a IFRS 10 inclui uma nova definição de controle que contém três elementos: (a) poder sobre uma investida; (b) exposição, ou direitos, a retornos variáveis da sua participação na investida e (c) capacidade de utilizar seu poder sobre a investida para afetar o valor dos retornos ao investidor	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRIC 20 – Custos de produção sobre Mineração	Esclarece como proceder quanto ao custo de produção associados remoção da superfície de uma mina, inclusive sobre reconhecimento inicial dos ativos, ativos não correntes, depreciação e amortização, entre outros	Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2013

## Notas Explicativas

<u>Norma</u>	<u>Principais exigências</u>	<u>Data de entrada em vigor</u>
IFRS 11 - Contratos Compartilhados	Eliminou o modelo de consolidação proporcional para as entidades com controle compartilhado, mantendo apenas o modelo pelo método da equivalência patrimonial. Eliminou também o conceito de “ativos com controle compartilhado”, mantendo apenas “operações com controle compartilhado” e “entidades com controle compartilhado”.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 12 - Divulgações de Participações em Outras Entidades	Expande os requerimentos de divulgação das entidades que são ou não consolidadas na quais as entidades possuem influência.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IFRS 13 - Mensurações ao Valor Justo	Substitui e consolida todas as orientações e requerimentos relacionados à mensuração ao valor justo contidos nos demais pronunciamentos das IFRSs em um único pronunciamento. A IFRS 13 define valor justo, orienta como determinar o valor justo e os requerimentos de divulgação relacionados à mensuração do valor justo. Entretanto, ela não introduz nenhum novo requerimento ou alteração com relação aos itens que devem ser mensurados ao valor justo, os quais permanecem nos pronunciamentos originais.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 19 - Benefícios aos Empregados	Eliminação do enfoque do corredor (“corridor approach”), sendo os ganhos ou perdas atuariais reconhecidos como outros resultados abrangentes para os planos de pensão e ao resultado para os demais benefícios de longo prazo, quando incorridos, entre outras alterações.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013
IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras	Introduz o requerimento de que os itens registrados em outros resultados abrangentes sejam segregados e totalizados entre itens que são e os que não são posteriormente reclassificados para lucros e perdas.	Aplicável aos exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2013

Considerando as atuais operações da Companhia e de suas controladas, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações contábeis a partir de sua adoção.

## Notas Explicativas

### 3. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTO

A preparação das informações trimestrais de acordo com as normas do CPC determina que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de práticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período estão relacionadas, principalmente, aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizados na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação das taxas de amortização de ativos intangíveis obtidas através de estudos econômicos de projeção de tráfego, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos futuros oriundos dos contratos de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio presentes, provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, perdas relacionadas a contas a receber e a elaboração de projeções para realização de imposto de renda e contribuição social diferidos, as quais, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Companhia, relacionadas à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais.

As estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

#### Contabilização de contratos de concessão

Na contabilização dos contratos de concessão a Companhia efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente, no que diz respeito a: aplicabilidade da interpretação de contratos de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível ou ativo financeiro, avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados nos contratos de concessão. Os tratamentos contábeis para cada contrato de concessão da Companhia e suas características estão descritos na nota explicativa nº 30.

#### Momento de reconhecimento dos ativos intangíveis

A Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. A contabilização de adições subsequentes ao ativo intangível somente ocorrerá quando da prestação de serviço de construção relacionado com ampliação/melhoria da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional. Para esses casos, a obrigação da construção não é reconhecida na assinatura do contrato, mas o será no momento da construção, com contrapartida de ativo intangível.

## Notas Explicativas

### Determinação da carga de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos dos contratos de concessão

A Companhia reconhece o efeito de amortização dos ativos intangíveis decorrentes dos contratos de concessão limitado ao prazo final das respectivas concessões. O cálculo é efetuado de acordo com o padrão de consumo do benefício econômico por ele gerado, que normalmente se dá em função da curva de tráfego. Assim, a taxa de amortização é determinada através de estudos econômicos que buscam refletir o crescimento projetado de tráfego das rodovias e geração dos benefícios econômicos futuros oriundos de cada contrato de concessão.

A Companhia utiliza modelos econométricos para projeção de tráfego, que são periodicamente reavaliados analisando variáveis independentes para projeção, tais como variáveis macroeconômicas (Produto Interno Bruto - PIB, Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, dólar, exportação e importação, índices de combustíveis, índices de confiança do consumidor, Índice de Preços ao Consumidor - IPC), setoriais (produção e venda de automóveis e veículos comerciais, PIB agrícola, PIB industrial, PIB serviços, índice ABCR), “commodities” (açúcar, soja em grão e em farelo, preço de petróleo WTI e Brent, movimentação de cargas de milho, complexo soja e fertilizantes no porte de Paranaguá), clima (pluviometria e temperatura), sazonalidade (meses do ano, quantidade de feriados no mês, dia da semana do feriado) e variáveis estruturais (novas pistas, novas praças de pedágio). A Companhia utiliza modelos para estudo e projeção do tráfego nas rodovias sob sua concessão; nessas projeções não é considerado o potencial aumento de tráfego decorrente de realização de obras futuras.

### Determinação das receitas de construção

Quando a concessionária presta serviços de construção, ela deve reconhecer a receita de construção pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção prestado e, dessa forma, por consequência, apurar margem de lucro. Na contabilização das margens de construção a Administração da Companhia avalia questões relacionadas a responsabilidade primária pela prestação de serviços de construção, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, para alguma empresa do Grupo EcoRodovias que efetua os serviços de construção. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção.

A Administração da Companhia entende que as receitas de construção estão registradas ao valor justo.

### Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão

A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação presente na data do balanço, em contrapartida ao custo do período para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível especificado de operacionalidade. O passivo, a valor presente, deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das manutenções.

## Notas Explicativas

### Determinação do ajuste ao valor presente de determinados ativos e passivos

Para determinados ativos e passivos que fazem parte das operações da Companhia, a Administração avalia e reconhece na contabilidade os efeitos de ajuste a valor presente levando-se em consideração o valor do dinheiro no tempo e as incertezas a eles associados. Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010 os ativos e passivos sujeitos ao ajuste a valor presente, assim como as principais premissas utilizadas pela Administração para sua mensuração e reconhecimento, são como segue:

- a) Provisão para obras futuras decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia e a provisão para manutenção decorrente dos custos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão relacionados à utilização e manutenção das rodovias em níveis preestabelecidos de utilização. A mensuração dos valores presentes dessas provisões foi calculada através do método de projeção de fluxos de caixa nas datas em que se estima a saída de recursos para fazer frente às respectivas obrigações (estimados para todo o período de concessão) e descontados através da aplicação da taxa de desconto que varia entre 9,62% a 11,56% ao ano. A determinação da taxa de desconto utilizada pela Administração está baseada na média ponderada das captações do período. Vide notas explicativas nº 16 e nº 17.
- b) Credores da concessão: decorrentes das obrigações incorridas pela Companhia relacionadas ao direito de outorga. A mensuração e os critérios dos respectivos valores estão detalhados na nota explicativa nº 18.

### Análise de recuperação de ativos de vida útil determinada

Na elaboração das informações trimestrais, a Companhia analisa se existem evidências de que o valor contábil de um ativo não será recuperado. Caso sejam identificadas tais evidências, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior valor entre: (a) seu valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) seu valor de uso. O valor de uso é equivalente aos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados do uso contínuo do ativo até o final da sua vida útil. Quando o valor residual contábil do ativo exceder seu valor recuperável, a Companhia reconhece uma redução do saldo contábil desse ativo ("impairment" ou deterioração). Para os ativos registrados pelo custo, a redução ao valor recuperável é registrada ao resultado do período. Se não for determinado o valor recuperável de um ativo individualmente, é realizada a análise do valor recuperável da unidade geradora de caixa à qual o ativo pertence. Exceto com relação à redução no valor do ágio, a reversão de perdas reconhecidas anteriormente é permitida. A reversão nessas circunstâncias está limitada ao saldo depreciado que o ativo apresentaria na data da reversão, supondo-se que a reversão não tenha sido registrada. A Companhia não identificou situações que requeressem o reconhecimento de provisão em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010.

### Comparabilidade das demonstrações financeiras

Para permitir uma melhor comparação entre as demonstrações financeiras, foram feitas reclassificações nos saldos da demonstração do resultado, demonstração do fluxo de caixa, e demonstração do valor adicionado, referentes ao período findo em 30 de setembro de 2011, apresentados para fins de comparação.

**Notas Explicativas****4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Caixa e bancos-		
Em moeda nacional	5.202	7.518
Aplicações financeiras-		
Certificados de Depósito Bancário - CDB (*)	<u>33.579</u>	<u>19.631</u>
	<u>38.781</u>	<u>27.149</u>

(\*) Os recursos não vinculados referem-se substancialmente a aplicações financeiras em CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0% e 100,5% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, sem o risco de mudança significativa do valor. Os prazos de resgate variam entre um e três meses em média e possuem liquidez imediata.

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os títulos e valores mobiliários são investimentos temporários de curto prazo, representados por títulos de alta liquidez.

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Certificados de Depósito Bancário - CDB	<u>73.153</u>	<u>29.800</u>

São formados por CDB e remunerados a taxas que variam entre 100,5% e 105,3% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços. Embora as aplicações possuam liquidez imediata, foram classificadas como títulos e valores mobiliários por estarem vinculadas ao processo de liquidação de remuneração das debêntures da Companhia como garantia de recursos para pagamento de juros e principal (vide nota explicativa nº 14).

**6. CLIENTES**

Representados substancialmente por valor a receber de pedágio eletrônico, faturas a receber de clientes pela locação de painéis publicitários, ocupação de faixa de domínio e acessos e outros serviços decorrentes da utilização e exploração da faixa de domínio das rodovias.

A composição está assim representada:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Pedágio eletrônico	27.197	31.164
Cupons de pedágio	5.138	3.328
Outras contas - receitas acessórias	<u>4.161</u>	<u>2.103</u>
	<u>36.496</u>	<u>36.595</u>

Em 30 de setembro de 2011, a Administração, com base em sua avaliação do risco de crédito e histórico de recebimento dos clientes, entende que não se faz necessária a constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa sobre o saldo de clientes.

## Notas Explicativas

O “aging list” das contas a receber está assim representado:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
A vencer	36.496	36.588
Vencidos:		
Até 30 dias	-	2
De 31 a 60 dias	-	5
	<u>36.496</u>	<u>36.595</u>

### 7. DESPESAS ANTECIPADAS

O saldo das despesas antecipadas em 30 de setembro de 2011 é de R\$2.601 (R\$1.639 em 31 de dezembro de 2010) refere-se, substancialmente, a prêmios de seguros a apropriar, alugueis e Imposto Predial Territorial Urbano – IPTU.

### 8. DEPÓSITOS JUDICIAIS

Os depósitos judiciais, que representam ativos restritos da Companhia, correspondem a quantias depositadas e mantidas em juízo até a solução dos litígios aos quais estão relacionadas.

O resultado desfavorável em seus processos, individualmente ou no agregado, não terá efeito adverso relevante nas condições financeiras ou nos negócios da Companhia.

Saldo em 31 de dezembro de 2010	3.041
Adições	2.075
Baixas	(449)
Atualização monetária	<u>304</u>
Saldo em 30 de setembro de 2011	<u>4.971</u>



**Notas Explicativas****9. IMOBILIZADO**

	Hardware e equipamentos de pedágio	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Terrenos	Edificações	Outros	Imobilizado
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>14.628</u>	<u>4.097</u>	<u>2.389</u>	<u>3.304</u>	<u>2.286</u>	<u>3.646</u>	<u>30.350</u>
Adições	91	761	33	-	28	200	1.113
Baixas	-	-	-	-	-	(474)	(474)
Depreciações	<u>(1.013)</u>	<u>(237)</u>	<u>(84)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(168)</u>	<u>(1.551)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>13.706</u>	<u>4.621</u>	<u>2.338</u>	<u>3.304</u>	<u>2.265</u>	<u>3.204</u>	<u>29.438</u>
Adições	1.724	499	51	-	-	99	2.373
Depreciações	<u>(1.082)</u>	<u>(267)</u>	<u>(83)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(172)</u>	<u>(1.653)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>14.348</u>	<u>4.853</u>	<u>2.306</u>	<u>3.304</u>	<u>2.216</u>	<u>3.131</u>	<u>30.158</u>
Adições	2.224	6	13	-	-	230	2.473
Depreciações	<u>(1.175)</u>	<u>(268)</u>	<u>(82)</u>	<u>-</u>	<u>(49)</u>	<u>(177)</u>	<u>(1.751)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>15.397</u>	<u>4.591</u>	<u>2.237</u>	<u>3.304</u>	<u>2.167</u>	<u>3.184</u>	<u>30.880</u>
Taxas anuais médias de depreciação - %	<u>21,4</u>	<u>10,1</u>	<u>10,0</u>	<u>-</u>	<u>5,0</u>	<u>17,6</u>	<u>-</u>

Em 30 de setembro de 2011, não havia bens do ativo imobilizado vinculados como garantia dos financiamentos ou de processos de qualquer natureza.

Em virtude da prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, o prazo de depreciação da obra principal foi revisado com vistas ao novo prazo final da concessão. Esse novo prazo de depreciação não ultrapassa o período de vida útil estimado dos bens.

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram capitalizados R\$249 de encargos financeiros decorrentes de empréstimos obtidos com terceiros (R\$121 em 31 de dezembro de 2010).

A Administração da Companhia efetua análise periódica do prazo de vida útil-econômica remanescente dos bens do ativo imobilizado e não foram identificadas diferenças significativas na vida útil-econômica dos bens que integram o ativo imobilizado da Companhia.

**Notas Explicativas****10. INTANGÍVEL**

	<u>Contratos de concessão</u>	<u>Intangível em andamento</u>	<u>Software de terceiros</u>	<u>Intangível</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2010	<u>954.703</u>	<u>440</u>	<u>687</u>	<u>955.830</u>
Adições	9.350	601	73	10.024
Amortizações	<u>(13.513)</u>	<u>-</u>	<u>(61)</u>	<u>(13.574)</u>
Saldos em 31 de março de 2011	<u>950.540</u>	<u>1.041</u>	<u>699</u>	<u>952.280</u>
Adições	15.439	196	-	15.635
Transferências	77	(77)	-	-
Amortizações	<u>(13.699)</u>	<u>-</u>	<u>(53)</u>	<u>(13.752)</u>
Saldos em 30 de junho de 2011	<u>952.357</u>	<u>1.160</u>	<u>646</u>	<u>954.163</u>
Adições	16.246	1.176	18	17.440
Amortizações	<u>(13.979)</u>	<u>-</u>	<u>(48)</u>	<u>(14.027)</u>
Saldos em 30 de setembro de 2011	<u>954.624</u>	<u>2.336</u>	<u>616</u>	<u>957.576</u>
Taxas anuais de amortização - %	<u>(*)</u>	<u>-</u>	<u>20,0</u>	<u>-</u>

(\*) A amortização dos ativos intangíveis oriundos dos direitos de concessão é reconhecida ao resultado através da projeção da curva de tráfego estimada para o período de concessão a partir da data em que estes ativos estão disponíveis para uso, este método reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os itens referentes ao contrato de concessão compreendem a infraestrutura rodoviária, o direito de outorga e outros.

**11. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL****a) Imposto de renda e contribuição social diferidos**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporais entre a base fiscal de ativos e passivos e seu valor contábil.

A Companhia reconheceu os créditos tributários no ativo, referentes à provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis, e no passivo, referentes às diferenças temporais pela adoção da Lei nº 11.638/07, ao ajuste a valor presente do direito de outorga, ao ônus da concessão e à capitalização de juros de empréstimos no ativo imobilizado. O valor contábil do ativo fiscal diferido é revisado, ao menos, anualmente. Caso ocorram fatores relevantes que modifiquem essas projeções, elas serão revisadas durante o período pela Companhia. A Administração considera que os ativos diferidos decorrentes de diferenças temporais serão realizados na proporção da resolução final das provisões para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis e dos eventos.

**Notas Explicativas**

O imposto de renda e a contribuição social diferidos foram constituídos considerando a alíquota de 34% (imposto de renda e contribuição social) vigente e têm a seguinte composição:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis	6.501	5.715
Provisão para manutenção/obras futuras	2.230	6.921
Juros capitalizados	(1.577)	(1.652)
Outros	<u>(1.718)</u>	<u>(3.375)</u>
	<u>5.436</u>	<u>7.609</u>
Ativo diferido	9.171	12.096
Passivo diferido	<u>(3.735)</u>	<u>(4.487)</u>
	<u>5.436</u>	<u>7.609</u>

## b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado do período os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Varição no:				
Imposto de renda corrente	(21.122)	(18.408)	(56.883)	(46.580)
Imposto de renda diferido	<u>(1.411)</u>	<u>(2.721)</u>	<u>(2.840)</u>	<u>(8.319)</u>
	<u>(22.533)</u>	<u>(21.129)</u>	<u>(59.723)</u>	<u>(54.899)</u>
Varição na:				
Contribuição social corrente	(7.632)	(6.642)	(20.561)	(16.833)
Contribuição social diferida	<u>1.181</u>	<u>113</u>	<u>666</u>	<u>275</u>
	<u>(6.451)</u>	<u>(6.529)</u>	<u>(19.895)</u>	<u>(16.558)</u>

**Notas Explicativas**

## c) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social

Foram registrados no resultado dos períodos os seguintes montantes de imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	90.703	81.415	250.460	218.553
Alíquota	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Despesa de imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas vigentes	(30.839)	(27.681)	(85.156)	(74.308)
Juros sobre o capital próprio	1.831	0	5.435	2.935
Imposto de renda e contribuição social sobre adições permanentes	<u>24</u>	<u>23</u>	<u>103</u>	<u>(84)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social	<u>(28.984)</u>	<u>(27.658)</u>	<u>(79.618)</u>	<u>(71.457)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente	<u>(28.754)</u>	<u>(25.050)</u>	<u>(77.444)</u>	<u>(63.413)</u>
Despesa do imposto de renda e da contribuição social diferido	<u>(230)</u>	<u>(2.608)</u>	<u>(2.174)</u>	<u>(8.044)</u>

## 12. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES A RECOLHER

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Impostos sobre faturamento:		
ISS	2.978	3.679
Cofins	1.815	1.985
PIS	393	430
Outros impostos	<u>1.451</u>	<u>1.116</u>
	<u>6.637</u>	<u>7.210</u>

**Notas Explicativas****13. ARRENDAMENTO MERCANTIL**

As obrigações de arrendamento são garantidas de forma eficaz, uma vez que o ativo arrendado é revertido para o arrendador no caso de inadimplência.

As obrigações financeiras são compostas como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Obrigações brutas de arrendamento financeiro - pagamentos mínimos de arrendamento:		
Menos de um ano	925	842
Mais de um ano e menos de cinco anos	<u>375</u>	<u>1.060</u>
	1.300	1.902
Encargos de financiamento futuros sobre os arrendamentos financeiros	<u>26</u>	<u>13</u>
Obrigações de arrendamento financeiro - saldo contábil	<u>1.326</u>	<u>1.915</u>
Circulante	<u>951</u>	<u>855</u>
Não circulante	<u>375</u>	<u>1.060</u>

A contrapartida dos saldos de arrendamento mercantil financeiro está registrada na rubrica “Imobilizado” e apresenta R\$1.326 em 30 de setembro de 2011 (R\$1.915 em 31 de dezembro de 2010).

**14. DEBÊNTURES**

A posição das debêntures está resumida a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Principal corrigido	384.876	431.033
Remuneração (juros)	24.191	14.486
Custos com emissão de debêntures	<u>(3.142)</u>	<u>(4.023)</u>
	<u>405.925</u>	<u>441.496</u>
Circulante	<u>146.107</u>	<u>119.285</u>
Não circulante	<u>259.818</u>	<u>322.211</u>

A Companhia concluiu, em 21 de dezembro de 2006, a emissão de R\$450.000 em debêntures em três séries, sendo a primeira no valor nominal de R\$135.000, com prazo de vencimento de 84 meses e vencimento final em 1º de novembro de 2013, e a segunda e terceira séries de R\$157.500 cada uma, com prazo de vencimento de 90 e 96 meses e vencimentos finais em 1º de maio e 1º de novembro de 2014, respectivamente.

A primeira série, ofertada ao mercado local, tem remuneração vinculada a 104% do CDI, pago semestralmente, e foi precificada utilizando conceitos inseridos na Instrução CVM nº 404/04.

## Notas Explicativas

A segunda e terceira séries, também ofertadas ao mercado local, têm remuneração vinculada à variação do IGP-M e remuneração correspondente a 9,5% ao ano, pagas anualmente com diferença de seis meses entre as duas séries.

No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia efetuou pagamento de R\$80.923, sendo R\$21.642 referentes a juros da primeira e segunda série das debêntures, R\$48.375 referentes ao valor principal da primeira e segunda série das debêntures, e R\$10.906 referente à variação da segunda série das debêntures.

Essa operação teve classificação de risco “brAA-” da Standard & Poors.

### Descrição

Forma e conversibilidade	Nominativa escritural, simples, não conversível em ações
Quantidade emitida	45.000 (em três séries)
Valor nominal unitário na data da emissão	R\$10,00
Valor nominal unitário atualizado em 30 de setembro de 2011	1ª série - não atualizável 2ª série - R\$ 8,17 3ª série - R\$10,90
Fator de atualização do valor nominal unitário	1ª série - não atualizável 2ª e 3ª séries - IGP-M
Remuneração (juros e correção)	1ª série - 104% do CDI 2ª e 3ª séries - 9,5% ao ano (252 dias) sobre o valor nominal unitário atualizado
Vencimento da remuneração (juros e correção)	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2007 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2008 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2007 a 01/11/2014)
Vencimento da amortização	1ª série: parcelas semestrais (01/05/2010 a 01/11/2013) 2ª série: parcelas anuais (01/05/2010 a 01/05/2014) 3ª série: parcelas anuais (01/11/2010 a 01/11/2014)
Reserva para pagamento da amortização e da remuneração (juros e correção)	Retenção em conta de depósito (aplicação) vinculado de 50% dos valores creditados em conta corrente a partir do 6º dia de cada mês até atingir o montante equivalente à parcela do valor estimado devido no mês em vigor
Instituição depositária das debêntures	Banco Bradesco S.A.
Local de pagamento	CETIP e CBLC
Instituição responsável pela conta de reserva	Unibanco - União de Bancos Brasileiros S.A.
Agente fiduciário	Oliveira Trust DTVM S.A.

## Notas Explicativas

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	30/09/2011			31/12/2010		
	Parcela	Custo	Total	Parcela	Custo	Total
2012	55.902	(294)	55.608	119.603	(1.074)	118.529
2013	119.815	(1.144)	118.671	119.603	(1.074)	118.529
2014	<u>86.065</u>	<u>(526)</u>	<u>85.539</u>	<u>85.852</u>	<u>(699)</u>	<u>85.153</u>
	<u>261.782</u>	<u>(1.964)</u>	<u>259.818</u>	<u>325.058</u>	<u>(2.847)</u>	<u>322.211</u>

O contrato da Companhia requer a manutenção dos índices financeiros menores que 2,2 pontos correspondentes à relação da dívida líquida com o lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização (EBITDA) e índices financeiros maiores que 1,3 ponto em relação ao EBITDA com o serviço da dívida (correspondente aos juros e principal pagos no período), tendo como base as informações trimestrais. A manutenção dos referidos índices é verificada trimestralmente considerando os últimos 12 meses. Em 30 de setembro de 2011, os índices financeiros exigidos foram atendidos.

A Taxa Interna de Retorno - TIR das transações está destacada a seguir:

	Data	Valor nominal	Despesas com emissão	Valor líquido	Taxa de juros	TIR
Debêntures 1ª série	01/11/2006	135.000	(913)	134.087	104% CDI	107% CDI
Debêntures 2ª série	01/11/2006	157.500	(1.201)	156.299	9,5% + IGP-M	10,32% + IGP-M
Debêntures 3ª Série	01/11/2006	<u>157.500</u>	<u>(1.320)</u>	<u>156.180</u>	9,5% + IGP-M	10,35% + IGP-M
		<u>450.000</u>	<u>(3.434)</u>	<u>446.566</u>		

As taxas aplicáveis à remuneração das debêntures listadas foram determinadas através de procedimento de “bookbuilding”, que consiste na coleta de intenções de investimento conduzido pelos coordenadores da oferta, nos termos do artigo 44 da Instrução CVM nº 400/03. Esse procedimento tem a finalidade de estabelecer as taxas de juros finais que remunerarão as debêntures e, portanto, não foram apurados prêmios ou deságios quando das emissões dos valores mobiliários listados.

### 15. TRANSAÇÕES COM EMPRESAS RELACIONADAS

A Companhia contrata serviços de seus acionistas ou de empresas a eles ligadas, diretamente ou por meio de consórcio, para execução de obras de conservação, melhorias e ampliação do sistema rodoviário, e serviços de consultoria.

## Notas Explicativas

As transações dos períodos e os saldos correspondentes são demonstrados a seguir:

### Balanco patrimonial

<u>Companhia</u>	<u>Ativo</u>	<u>Ativo não</u>	<u>Ativo não</u>	<u>Passivo</u>	<u>Passivo não</u>
	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>	<u>circulante</u>
	<u>Créditos</u>	<u>Créditos</u>	<u>Imobilizado</u>	<u>Contas</u>	<u>Outras</u>
	<u>diversos</u>	<u>diversos</u>		<u>a pagar</u>	
Consórcio Serra do Mar S.A. (a)	-	-	32.952	4.573	-
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	-	-	-	4.435	-
Com.das Rodovias Ayrton Senna e Carvalho Pinto S.A.	-	-	-	-	5
Empr.Concess.de Rodovias do Sul S.A. Ecosul	-	<u>7</u>	-	-	-
Total em 30 de setembro de 2011	<u>-</u>	<u>7</u>	<u>32.952</u>	<u>9.008</u>	<u>5</u>
Total em 31 de dezembro de 2010	<u>260</u>	<u>7</u>	<u>16.600</u>	<u>3.983</u>	<u>-</u>

### Demonstração do resultado

<u>Companhia</u>	<u>Receita de</u>	<u>Custo dos</u>	<u>Despesas gerais e</u>
	<u>serviços prestados</u>	<u>serviços prestados</u>	<u>administrativas</u>
EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. (b)	<u>146</u>	<u>11.372</u>	<u>32.414</u>
Total em 30 de setembro de 2011	<u>146</u>	<u>11.372</u>	<u>32.414</u>
Total em 30 de setembro de 2010	<u>-</u>	<u>18.417</u>	<u>12.144</u>

- (a) O Consórcio Serra do Mar, formado pelos controladores e pelas seguintes empresas relacionadas à Companhia: C.R. Almeida Engenharia de Obras S.A., Impregilo SPA Sucursal Brasil e Cigla Construtor Impregilo Associados S.A., presta serviços para construção de faixas operacionais, baias de emergência, travessia da terceira faixa da Rodovia Padre Manoel da Nóbrega, construção de viadutos na Rodovia Cônego Domenico Rangoni, pavimentação nas rodovias que compõem o Sistema Anchieta-Imigrantes e praças de pedágios. O preço global firmado para execução dos serviços contratados entre a Companhia e o Consórcio Serra do Mar é de R\$229.957. Em 30 de setembro de 2011, há um saldo de R\$55.998 a incorrer com esse contrato. Os saldos em aberto a pagar têm vencimento em 45 dias, não estão sujeitos a juros nem atualização monetária, e não foram concedidas garantias aos credores.
- (b) A controladora direta EcoRodovias Concessões e Serviços S.A. presta serviços administrativos, financeiros, de recursos humanos, de tecnologia da informação, de engenharia e de compras corporativas. O valor anual dos contratos estabelecidos entre as empresas de serviços é de aproximadamente R\$58.381.

Em 30 de setembro de 2011, a Companhia não tinha concedido aval para nenhuma parte relacionada.



## Notas Explicativas

### Remuneração dos administradores

Os administradores são as pessoas que têm autoridade e responsabilidade por planejamento, direção e controle das atividades da Companhia, incluindo qualquer administrador (executivo ou outro).

No período findo em 30 de setembro de 2011, foram pagos aos administradores benefícios de curto prazo (ordenados, salários, participação nos lucros, assistência médica, habitação, bens ou serviços gratuitos ou subsidiados), contabilizados na rubrica “Despesas gerais e administrativas”. A Companhia concede a alguns executivos plano de opção em ações da controladora indireta EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A.

Não foram pagos valores a título de: (a) benefícios pós-emprego (pensões, outros benefícios de aposentadoria, seguro de vida pós-emprego e assistência médica pós-emprego); (b) benefícios de longo prazo (licença por anos de serviço e benefícios de invalidez de longo prazo); (c) benefícios de rescisão de contrato de trabalho; e (d) remuneração baseada em ações.

Em Assembleia Geral Extraordinária foi definida a remuneração global anual dos administradores da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2011 em R\$838.

A remuneração paga aos administradores no período está demonstrada a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Salários e ordenados	355	573
Participação nos resultados	<u>220</u>	<u>373</u>
	<u>575</u>	<u>946</u>

## 16. PROVISÃO PARA MANUTENÇÃO

Os valores registrados como provisão de manutenção referem-se à manutenção do sistema rodoviário, ajustados a valor presente com a taxa de 9,62% ao ano. Os valores são provisionados por trecho e as intervenções ocorrem a cada quatro anos.

Os saldos estão demonstrados a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para manutenção e ajuste a valor presente	73.681	69.456
Ajuste a valor presente - realizações	<u>(14.659)</u>	<u>(13.636)</u>
	<u>59.022</u>	<u>55.820</u>
Circulante	<u>16.652</u>	<u>12.418</u>
Não circulante	<u>42.370</u>	<u>43.402</u>

## Notas Explicativas

### 17. PROVISÃO PARA CONSTRUÇÃO DE OBRAS FUTURAS

Os valores provisionados como obras futuras são decorrentes dos gastos estimados para cumprir com as obrigações contratuais da concessão cujos benefícios econômicos já estão sendo auferidos pela Companhia em contrapartida ao intangível.

Os valores são ajustados a valor presente a taxas de 9,62% ao ano.

Em 30 de setembro de 2011 o saldo está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Constituição da provisão para obras futuras	3.670	7.909
Ajuste a valor presente	<u>(1.783)</u>	<u>(2.283)</u>
	<u>1.887</u>	<u>5.626</u>
Circulante	<u>-</u>	<u>3.697</u>
Não circulante	<u>1.887</u>	<u>1.929</u>

### 18. CREDOR PELA CONCESSÃO

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Parcelas fixas	70.025	72.049
Parcelas variáveis	<u>1.816</u>	<u>1.986</u>
	<u>71.841</u>	<u>74.035</u>
Circulante	<u>15.275</u>	<u>14.603</u>
Não circulante	<u>56.566</u>	<u>59.432</u>

O contrato de concessão rodoviária, firmado em 27 de maio de 1998, o pagamento do ônus fixo é subdividido em 240 parcelas fixas, mensais e consecutivas, com vencimentos a partir do mês de início de arrecadação, reajustáveis anualmente pela variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas - FGV. Em 30 de setembro de 2011, restam 79 parcelas a vencer e os pagamentos corresponderam a 67,47% do total (62,92% em 31 de dezembro de 2010).

Em conformidade com o pronunciamento técnico CPC 12 - Ajuste a Valor Presente e a Deliberação CVM nº 564/08, foi introduzido o conceito de ajuste a valor presente para as obrigações do credor pela concessão considerando uma taxa de desconto de 9,5% ao ano, similar à taxa de juros atribuída às operações da segunda e terceira séries das debêntures, também atualizadas monetariamente pelo IGP-M. Foi revertido ao resultado do período findo em 30 de setembro de 2011 o desconto no valor de R\$4.041, somado à atualização monetária do direito de outorga, no valor de R\$3.480, e totalizou o valor líquido de R\$7.521 de variações financeiras do direito de outorga, registrado na rubrica "Resultado financeiro".

A parcela variável é calculada e paga mensalmente com base em 3% da receita de arrecadação.

## Notas Explicativas

A Companhia mantém em vigor coberturas de seguros necessárias para garantir uma efetiva e abrangente cobertura de riscos inerentes ao desenvolvimento de todas as atividades abrangidas pela concessão. Todas as apólices de seguro incluem o Poder Concedente e a Companhia, como co-segurados, e possui prazo mínimo de vigência o período de 12 meses.

As coberturas de seguro deverão manter-se em plena vigência até a assinatura do termo de devolução definitivo do sistema rodoviário. Além dos seguros exigíveis pela legislação aplicável, contratará e manterá em vigor, por todo o tempo da concessão, as coberturas de seguro do tipo riscos operacionais, riscos de engenharia e responsabilidade civil de empresas concessionárias de rodovias.

Os vencimentos das parcelas não circulantes têm a seguinte distribuição, por ano:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
2012	2.210	11.553
2013	11.291	10.842
2014	10.312	9.901
2015	9.417	8.258
Posteriores a 2016	<u>23.336</u>	<u>18.878</u>
	<u>56.566</u>	<u>59.432</u>

### 19. PROVISÃO PARA PERDAS TRIBUTÁRIAS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

Os diversos processos em andamento são de natureza trabalhista, cível e tributária, decorrentes do curso normal dos negócios da Companhia. A respectiva provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis foi constituída para os processos cujas possibilidades de desembolso futuro foram avaliadas como prováveis, com base na opinião de seus consultores legais.

O saldo da provisão para perdas tributárias, trabalhistas e cíveis está demonstrado a seguir:

	<u>30/09/2011</u>	<u>31/12/2010</u>
Cíveis (a)	13.277	11.682
Tributários (b)	1.547	526
Trabalhistas (c)	<u>6.836</u>	<u>4.602</u>
Não circulante	<u>21.660</u>	<u>16.810</u>

## Notas Explicativas

A Movimentação entre os períodos findos em 31 de dezembro de 2010 a 30 de setembro de 2011 esta demonstrada a seguir:

<u>Natureza</u>	<u>31/12/2010</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões / Pagamentos</u>	<u>Atualização monetária</u>	<u>30/09/2011</u>
Cível (a)	11.682	1.732	(650)	513	13.277
Tributária (b)	526	723	-	298	1.547
Trabalhista (c)	<u>4.602</u>	<u>2.983</u>	<u>(1.153)</u>	<u>404</u>	<u>6.836</u>
	<u>16.810</u>	<u>5.438</u>	<u>(1.803)</u>	<u>1.215</u>	<u>21.660</u>

### (a) Processos cíveis

Correspondem principalmente a processos envolvendo pleitos de indenização por perdas e danos, oriundos de acidentes ocorridos nas rodovias. A Companhia possui outras provisões para perdas de natureza cível que totalizam, em 30 de setembro de 2011, R\$4.994 (R\$2.681 em 31 de dezembro de 2010), avaliadas como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

### (b) Processos tributários

Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de natureza tributária, que totalizam R\$12.924 (R\$12.461 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos advogados e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

A principal demanda refere-se a processo administrativo fiscal decorrente de auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil em São Bernardo do Campo – SP, por ter a fiscalização desconsiderado o regime de caixa no reconhecimento das receitas de variação cambial e, por consequência, exigido os valores devidos a título de IRPJ e CSLL. A defesa administrativa apresentada foi apreciada em dezembro de 2009, tendo sido o auto julgado de forma parcialmente favorável à Ecovias, para reduzir o valor originalmente discutido de R\$81.000 para aproximadamente R\$11.400, para o qual não foi constituída provisão contábil, tendo em vista o entendimento dos consultores legais responsáveis pela condução do processo de que as chances de perda para esse caso são remotas com relação à discussão do principal do tributo e à multa de 75% e possíveis com relação à imputação de juros proporcionais.

### (c) Processos trabalhistas

Correspondem, principalmente, a pleitos de indenização por acidentes do trabalho e reclamações de horas extras, não existindo processo de valor individual relevante. Em 30 de setembro de 2011, existem também outros processos de mesma natureza que totalizam R\$6.596 (R\$8.043 em 31 de dezembro de 2010), os quais foram avaliados como perdas possíveis pelos consultores legais e pela Administração, portanto, sem constituição de provisão.

## Notas Explicativas

### 20. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Capital social

Em 30 de setembro de 2011 e 31 de dezembro de 2010, o capital social subscrito é de R\$314.052, sendo a parcela a integralizar de R\$11.505. O capital social integralizado de R\$302.547 estava representado por 262.452.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal.

#### b) Capital autorizado

Conforme o artigo 5º do Estatuto Social, a Companhia fica autorizada a aumentar seu capital social em até 52.965.000 ações ordinárias, mediante deliberação do Conselho de Administração, observadas as condições legais para a emissão e o período do direito de preferência.

#### c) Reserva de lucros – legal

Constituída com base em 5% do lucro líquido do período ajustado, limitada a 20% do capital social.

#### d) Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é garantido um dividendo e/ou juros sobre o capital próprio de, pelo menos, 25% do lucro líquido do período ajustado, calculado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

De acordo com a faculdade prevista na Lei nº 9.249/95, a Companhia calculou juros sobre o capital próprio limitados à variação “pro rata” dia da Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP vigente no período, no valor de R\$15.986 (R\$2.398 de IRRF) em 30 de setembro de 2011, os quais foram contabilizados como despesas financeiras para fins fiscais e estão demonstrados como distribuição de dividendos para fins contábeis, visando não produzir efeito no lucro líquido, a não ser pelos impactos fiscais reconhecidos na rubrica “Imposto de renda e contribuição social”.

A Companhia efetuou pagamento de dividendos que totalizaram R\$65.485 no período findo em 30 de setembro de 2011, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

### 21. IMPOSTO SOBRE SERVIÇOS – ISS

Em 1999, os serviços de exploração de rodovias foram incluídos na lista de serviços tributados pelo ISS. A Companhia iniciou negociações com o Poder Concedente para obter reequilíbrio financeiro do contrato, visto que não foi considerada a incidência desse imposto na tarifa de pedágio. Em 2001, a Companhia iniciou o recolhimento do ISS para as prefeituras dos municípios abrangidos pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, conforme regulamentação por parte destas (exceto para a Prefeitura do Município de São Paulo, a qual não regulamentou o imposto naquele ano)

Uma vez que esse tributo não foi previsto na proposta da concessão, a Companhia, por meio dos preceitos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato e aprovação pelo Poder

**Notas Explicativas**

Concedente, compensou no período findo em 30 de setembro de 2011, o valor de R\$25.706 pago às prefeituras com os valores referentes ao ônus da concessão. Do início do reequilíbrio econômico-financeiro até 30 de setembro de 2011, o valor total compensado foi de R\$226.074 (R\$200.368 em 31 de dezembro de 2010).

**22. RECEITA LÍQUIDA**

	<u>Trimestre findo em</u>		<u>Período de nove meses findo em</u>	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita com arrecadação de pedágio:				
Pedágio em numerário	67.540	69.959	204.121	203.752
Pedágio por equipamento eletrônico	96.330	81.640	260.990	217.806
Vale-pedágio e pedágio em cupons	<u>13.556</u>	<u>12.986</u>	<u>38.152</u>	<u>39.144</u>
	177.426	163.685	503.263	460.702
Receitas com construção	21.829	12.836	47.333	25.970
Receitas acessórias (*)	<u>9.085</u>	<u>8.183</u>	<u>25.851</u>	<u>23.670</u>
	30.194	21.019	73.184	49.640
Receita bruta	<u>208.340</u>	<u>184.704</u>	<u>576.447</u>	<u>510.342</u>
Deduções de receita	<u>(7.287)</u>	<u>(6.772)</u>	<u>(19.582)</u>	<u>(17.505)</u>
Receita líquida	<u>201.053</u>	<u>177.932</u>	<u>556.865</u>	<u>492.837</u>

(\*) Referem-se a arrendamento de área para fibra óptica, uso de faixa e domínio, venda de publicidade, implantação, concessão de acessos e outros.

**Notas Explicativas****23. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS – POR NATUREZA**

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Pessoal	7.217	6.072	21.096	19.916
Conservação e manutenção	4.791	5.306	13.231	14.255
Serviços de terceiros (*)	18.180	16.493	54.703	48.366
Seguros	1.033	1.021	3.018	3.349
Poder Concedente	9.763	8.836	26.708	18.211
Provisão para manutenção	9.803	4.507	29.726	12.521
Custos com construção	21.829	12.836	47.333	25.970
Depreciação e amortização	15.778	14.242	46.308	42.259
Locações	615	289	1.809	2.082
Outros custos e despesas	<u>4.801</u>	<u>4.333</u>	<u>11.622</u>	<u>11.058</u>
	<u>93.810</u>	<u>73.935</u>	<u>255.554</u>	<u>197.987</u>
Classificados como:				
Custo dos serviços prestados	80.866	61.638	220.354	164.220
Despesas gerais e administrativas	<u>12.944</u>	<u>12.297</u>	<u>35.200</u>	<u>33.767</u>
	<u>93.810</u>	<u>73.935</u>	<u>255.554</u>	<u>197.987</u>

(\*) Os serviços de terceiros são basicamente compostos por serviços de ambulâncias, resgates e remoções, serviços de consultoria e serviços de limpeza.

**Notas Explicativas****24. RESULTADO FINANCEIRO**

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receitas financeiras:				
Receita de aplicações financeiras	2.322	2.717	6.466	5.623
Variação monetária sobre financiamentos	448	-	2.420	-
Outras	<u>-</u>	<u>67</u>	<u>3</u>	<u>183</u>
	<u>2.770</u>	<u>2.784</u>	<u>8.889</u>	<u>5.806</u>
Despesas financeiras:				
Juros sobre debêntures	(10.222)	(12.450)	(31.374)	(36.312)
Juros sobre financiamentos	-	-	(16)	(2)
Variação monetária sobre debêntures	(3.126)	(7.476)	(13.936)	(27.475)
Variação monetária sobre direito de outorga	(1.920)	(2.323)	(7.521)	(9.156)
Amortização de custos com emissão de debêntures	(295)	(293)	(883)	(1.070)
Ajuste a valor presente – provisão para manutenção – ICPC 01	(2.251)	(1.885)	(4.528)	(5.655)
Outras	<u>(1.496)</u>	<u>(1.239)</u>	<u>(1.481)</u>	<u>(2.721)</u>
	<u>(19.310)</u>	<u>(25.666)</u>	<u>(59.739)</u>	<u>(82.391)</u>
Resultado financeiro	<u>(16.540)</u>	<u>(22.882)</u>	<u>(50.850)</u>	<u>(76.585)</u>

**25. LUCRO POR AÇÃO**

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Lucro básico por ação das operações – R\$	<u>0,23</u>	<u>0,20</u>	<u>0,65</u>	<u>0,56</u>



## Notas Explicativas

### b) Lucro básico por ação

O lucro e a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro básico por ação são os seguintes:

	Trimestre findo em		Período de nove meses findo em	
	30/09/2011	30/09/2010	30/09/2011	30/09/2010
Lucro do período atribuível aos proprietários da Companhia e utilizado na apuração do lucro básico por ação	<u>61.719</u>	<u>53.757</u>	<u>170.842</u>	<u>147.096</u>
Quantidade média ponderada de ações ordinárias para fins de cálculo do lucro básico por ação	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>	<u>262.452</u>

### c) Lucro básico diluído

A Companhia não possui dívida conversível em ações nem opções de compra de ações concedidas.

## 26. PARTICIPAÇÃO NOS LUCROS E RESULTADOS

A Companhia tem como política a distribuição de participação no resultado aos seus funcionários vinculada a um plano de metas e objetivos específicos, que são estabelecidos e pagos em conformidade com o acordo coletivo de trabalho com o sindicato da categoria. No período findo em 30 de setembro de 2011, a participação nos lucros e resultados foi de R\$860 (R\$475 em 30 de setembro de 2010), a qual foi apropriada ao resultado nas rubricas “Custo dos serviços prestados” e “Despesas gerais e administrativas”.

## 27. GERENCIAMENTO DE RISCOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia participa de operações envolvendo os instrumentos financeiros que se destinam a atender às necessidades próprias por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. No entanto, em 30 de setembro de 2011, não possui operações destinadas a reduzir a exposição a riscos de mercado e taxa de juros. A Companhia avaliou seus ativos e passivos em relação aos valores de mercado e/ou realização, por meio de informações disponíveis e metodologias de avaliação estabelecidas pela Administração. Entretanto, tanto a interpretação dos dados de mercado quanto a seleção de métodos de avaliação requerem considerável julgamento e razoáveis estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para estimativas não deveria ter um efeito material nos valores de realização estimados.

Os resultados obtidos com essas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2011.

## Notas Explicativas

### Considerações gerais

- A Administração da Companhia elege as instituições financeiras com as quais as aplicações financeiras podem ser celebradas, além de definir limites quanto aos percentuais de alocação de recursos e valores a serem aplicados em cada uma delas. São definidos como ativos mantidos para negociação.
- Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários: são formados por CDB, remunerados a taxas que variam entre 100,0 a 105,3% do CDI e refletem as condições de mercado nas datas dos balanços.
- Clientes: decorrem diretamente das operações da Companhia, são classificados como mantidos até o vencimento e estão registrados pelos valores originais, sujeitos a provisão para perdas e ajuste a valor presente, quando aplicável.
- Arrendamento mercantil e debêntures: registrados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e contabilizados pelos seus valores contratuais de cada operação, conforme demonstrado nas notas explicativas nº 13 e nº 14.

#### a) Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado no balanço patrimonial

A Companhia aplica a alteração à IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer a divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Os valores contábil e de mercado dos instrumentos financeiros da Companhia em 30 de setembro de 2011 são como segue:

	Classificação	Saldo Contábil	Valor justo
<b>Ativos:</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	Empréstimos e recebíveis	5.202	5.202
Clientes (i)	Empréstimos e recebíveis	36.496	36.496
Aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários (ii)	Empréstimos e recebíveis	111.934	111.934
<b>Passivos:</b>			
Fornecedores (i)	Custo amortizado	7.277	7.277
Arrendamento mercantil (iii)	Custo amortizado	1.326	1.326
Debêntures (iv)	Custo amortizado	405.925	405.925
Credor pela concessão (v)	Custo amortizado	71.841	90.866

i) Os saldos de clientes e fornecedores possui prazo de vencimento substancialmente em até 45 dias, portanto se aproxima do valor justo esperado pela Companhia.

ii) Os saldos de aplicações financeiras e títulos e valores mobiliários se aproximam ao valor justo na data do balanço.

iii) Calculado através de fluxo de caixa descontado, com base nas parcelas a vencer.

## Notas Explicativas

- iv) Calculado através das cláusulas de recompra ou resgate antecipado incluídas nos prospectos das debêntures.
- v) Calculado excluindo o ajuste a valor presente das parcelas fixas da rubrica credor pela concessão.

### a) Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de aplicações financeiras, arrendamento mercantil e debêntures de curto e longo prazos em que são remunerados por taxas de juros variáveis.

De acordo com as suas políticas financeiras, a Companhia vem aplicando seus recursos em instituições de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

### b) Risco de crédito

Os instrumentos financeiros que, potencialmente, sujeitam a Companhia à concentração de risco de crédito consistem em clientes.

A Companhia vem aplicando recursos em instituições financeiras de baixo risco avaliadas por empresas de “rating”, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros de caráter especulativo nem em nenhum outro ativo de risco.

### c) Risco de liquidez

A gestão prudente do risco de liquidez implica manter caixa, títulos e valores mobiliários suficientes, disponibilidades de captação por meio de linhas de crédito compromissadas e capacidade de liquidar posições de mercado.

### d) Eventuais expectativas da Companhia de redução ou aumento na exposição a riscos relevantes

A Companhia tem como prática a análise constante dos riscos aos quais está exposta e que possam afetar seus negócios, situação financeira e os resultados das suas operações de forma adversa. A Companhia monitora constantemente mudanças no cenário político e setorial que possam influenciar as atividades, através de acompanhamento dos principais indicadores de performance.

## Notas Explicativas

### Análise de sensibilidade

A análise de sensibilidade foi desenvolvida considerando a exposição à variação do CDI, do IGP-M e da TJLP, principais indicadores das debêntures contratados pela Companhia:

<u>Operação</u>	<u>Risco</u>	<u>Juros a incorrer</u>		
		<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
Juros sobre a 1ª série das debêntures	Alta do CDI	14.310	17.128	19.709
Juros sobre a 2ª e 3ª séries das debêntures e empréstimos	Alta do IGP-M	58.409	64.554	70.691

Em atendimento à Instrução CVM nº 475/08, a Companhia está apresentando o cenário provável definido com base na expectativa da Administração e mais dois cenários com deterioração de 25% e 50% da variável do risco considerado, apresentados, de acordo com a regulamentação, como cenário II e cenário III, respectivamente.

As taxas consideradas foram:

<u>Indicadores</u>	<u>Cenário I - provável</u>	<u>Cenário II - 25%</u>	<u>Cenário III - 50%</u>
CDI (a)	11,88%	14,85%	17,82%
IGP-M (b)	6,39%	7,99%	9,58%

(a) Refere-se à taxa do CDI em 30 de setembro de 2011.

(b) Refere-se à variação do IGP-M acumulada projetada para os próximos 12 meses.

A administração desses instrumentos financeiros é efetuada por meio de estratégia operacional, visando à liquidez, rentabilidade e segurança. O procedimento interno consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes de mercado. As operações desses instrumentos são realizadas pela área de operações financeiras da Companhia, por meio de controles e estratégia de operação previamente aprovada pela Diretoria.

A Companhia não possui instrumentos financeiros derivativos em 30 de setembro de 2011.

## 28. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA

Em junho de 2006, foi implantado o Plano de Previdência Privada, na modalidade de contribuição definida, cujos custos são previsíveis e passíveis de controle e administração, para o qual a Companhia e o colaborador contribuem na mesma paridade de valores para os salários superiores a R\$2,6, até o limite de 8% do salário nominal, e, para salários abaixo desse valor, a Companhia contribui com 1% do salário nominal do colaborador. No período findo em 30 de setembro de 2011, a Companhia contribuiu com a quantia de R\$111 (R\$92 em 30 de setembro de 2010), registrada na rubrica “Despesas gerais e administrativas”.

## Notas Explicativas

### 29. SEGUROS CONTRATADOS

A Companhia tem cobertura de seguros considerada suficiente pela Administração, em virtude dos riscos existentes em suas operações. Os contratos de concessão obrigam as concessionárias a contratar e manter coberturas amplas de seguros, visando à manutenção e garantia das operações normais. As apólices cobrem responsabilidade civil, de acordo com o respectivo contrato de concessão, riscos de engenharia operacionais, entre eles, problemas na fase de construção, alterações geológicas, incêndios e desastres naturais (enchentes e deslizamento de terra), danos à propriedade e perda de receita pela interrupção das rodovias.

Em 30 de setembro de 2011, a especificação por modalidade de risco de vigência dos seguros da Companhia está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Cobertura</u>
Seguro garantia	Maio/2011 a maio/2012	222.708
Responsabilidade civil	Maio/2011 a maio/2012	712.122
Riscos patrimoniais	Maio/2011 a maio/2012	3.229.424

### 30. CONTRATOS DE CONCESSÃO

A Ecovias iniciou suas atividades em 29 de maio de 1998 e tem como objeto social exclusivo a exploração, pelo regime de concessão, do sistema rodoviário constituído pelo Sistema Anchieta-Imigrantes, de acordo com os termos de concessão outorgados pelo Governo do Estado de São Paulo.

O Sistema Anchieta-Imigrantes, com extensão total de 176,8 km, é constituído basicamente por: (a) Rodovia Anchieta (SP-150 - entre o km 9,7 e o km 65,6); (b) Rodovia dos Imigrantes (SP-160 - entre o km 11,5 e o km 70,0); (c) Interligação Planalto (SP-041 - em uma extensão de 8 km); (d) Interligação Baixada (SP-059 - em uma extensão de 1,8 km); (e) Rodovia Padre Manoel da Nóbrega (SP-055/170 - entre o km 270,6 e o km 292,2); e (f) Rodovia Cônego Domênico Rangoni (SP-055/248 - entre o km 0 e o km 8,4 e entre o km 248,0 e o km 270,6).

A concessão, pelo prazo de 20 anos e mediante a cobrança de pedágios, consiste na manutenção e melhoria dos sistemas de operação, construção da pista descendente da Rodovia dos Imigrantes, recuperação das rodovias existentes, construções de pistas marginais, implantação de sistemas de controle de tráfego e atendimento aos usuários, conservações preventivas, implantação de sistemas eletrônicos de gestão e arrecadação de pedágios.

Em 21 de dezembro de 2007, através do Termo Aditivo e Modificativo nº 10, a Companhia obteve a prorrogação do prazo de concessão por mais 70 meses, em virtude do reequilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão. O contrato de concessão possui vigência até março de 2024.

## Notas Explicativas

A Companhia assumiu os seguintes compromissos decorrentes da concessão:

a) Ampliação principal:

- Duplicação da Rodovia dos Imigrantes, entre o km 41,0 e o km 58,0 (pista descendente), com término inicialmente previsto para o primeiro período de 2003. Esse compromisso foi cumprido antecipadamente em 17 de dezembro de 2002, com a entrega da obra.

b) Pagamento de:

- Direito de outorga, em parcelas mensais de valores definidos durante o período de concessão, no valor total de R\$87.000 (R\$44.857 ajustados a valor presente no reconhecimento inicial), acrescido de atualização monetária com base na variação do IGP-M da FGV.
- 3% da arrecadação sobre as receitas derivadas da exploração do sistema rodoviário.

Ao término do período da concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração do sistema rodoviário. A concessionária terá direito à indenização correspondente ao saldo amortizado ou depreciado dos bens ou investimentos, cuja aquisição ou execução, devidamente autorizada pelo Poder Concedente, tenha ocorrido nos últimos cinco anos do prazo da concessão.

O contrato de concessão da Companhia foi classificado como ativo intangível. O ativo intangível é reconhecido à medida que à Companhia têm o direito de cobrar dos usuários os serviços públicos.

Os custos e a receita de construção estão reconhecidos de acordo com o contrato de concessão, como segue:

	<u>30/09/2011</u>	<u>30/09/2010</u>
Receita de construção	47.333	25.971
Custos de construção	<u>(47.333)</u>	<u>(25.971)</u>
	=====	=====

Em 30 de setembro de 2011, os investimentos para atender aos compromissos futuros da Companhia estão estimados em R\$451.425 (R\$517.075 em 31 de dezembro de 2010).

### 31. DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

a) Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos de caixa e equivalentes de caixa incluídos nas demonstrações dos fluxos de caixa está demonstrada na nota explicativa nº 4.

## Notas Explicativas

### b) Informações suplementares

As informações de imposto de renda e contribuição social, dividendos pagos, juros sobre o capital próprio e juros pagos estão demonstrados na movimentação dos fluxos de caixa.

As movimentações que não afetaram o caixa referem-se às transações de aquisição de equipamentos operacionais, detalhadas nas notas explicativas nº 9 e nº 10.

### 32. APROVAÇÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

As informações trimestrais da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 8 de novembro de 2011.

---

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

### RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos Acionistas e Administradores da  
Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A.  
São Paulo - SP

#### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Concessionária Ecovias dos Imigrantes S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2011, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2011 e as respectivas demonstrações do resultado para o trimestre e período de nove meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

#### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações contábeis intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações contábeis intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

#### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado ("DVA") referentes ao período de nove meses findo em 30 de setembro de 2011, preparadas sob a responsabilidade de sua administração, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRSs, que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações contábeis intermediárias foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

São Paulo, 8 de novembro de 2011

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Ismar de Moura

Auditor Independente Contador

CRC nº 2 SP 011609/O-8 CRC nº 1 SP 179631/O-2

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão somente para fins de identificação.